

(RE)PENSANDO A CENSURA NA LITERATURA INFANTIL E JUVENIL CONTEMPORÂNEA: ENTRE CONCEITOS E PROBLEMAS

Leonardo Vinícius Sfordi da Silva¹

Resumo: Atualmente, nas primeiras décadas do século XXI, a partir da hegemonia e ascensão de pensamentos, discursos e políticas conservadoras, a inserção de determinados livros e textos literários destinados ao público infantil e a juvenil vem sofrendo ataques e questionamentos sobre sua relevância e serventia e, em casos mais extremos, até censura explícita nas mais variadas instituições sociais, como nos bancos escolares, no ambiente familiar e na formulação de políticas públicas. Assim, este artigo tem como *corpus* de análise a censura da literatura infantil e juvenil contemporânea e apresenta como objetivo explicitar e problematizar os mais diversos discursos e as ações cerceadoras que recaem sob essa literatura com o intuito de desvalidar essa postura política e ideológica, bem como tem a intenção de discutir os preceitos basilares da arte literária, principalmente focado na autonomia polissêmica e estética do texto literário em confronto à produção de sentidos subjetivos, os quais dão base à censura contemporânea. Dito isso, esta pesquisa é de cunho qualitativo, pautada em uma revisão bibliográfica dos principais teóricos que discutem a relevância e as características do texto literário, com o enfoque aos estudos de Antonio Candido (1989), Hans Robert Jauss (1994) e Umberto Eco (2003), e dos teóricos sobre a literatura infantil e juvenil, como Ana Maria Machado (1983).

Palavras-chave: Plurissignificação. Discurso. Arte. Ideologia.

(RE) THINKING CENSORSHIP IN CONTEMPORARY CHILDREN AND YOUTH LITERATURE: BETWEEN CONCEPTS AND PROBLEMS

Abstract: Nowadays, in the first decades of the 21st century, from the hegemony and rise of conservative thoughts, discourses and policies, the certain books and literary texts aimed at children and young people insertion has been suffering attacks and questions about its relevance and usefulness, and in more extreme cases, even explicit censorship in the most varied social institutions, such as in school, in the family environment and in the public policies formulation. Therefore, this article has as *corpus* of analysis the contemporary children's and youth literature censorship and aims to explain and problematize various discourses and the restrictive actions that fall under this literature in order to devalue this political and ideological stance, as well as intends to discuss the literary art basic precepts, mainly focused on the literary text polysemic and aesthetic

¹ Doutorando em estudos da linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) pelo programa de pós-graduação em Letras (PLE-UEM). Especialista em Metodologia do ensino de língua portuguesa e em Psicologia educacional pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci (2018); graduado em Letras: Português/Inglês (UEM) e em História e Pedagogia (UNICESUMAR). Atualmente, é professor do quadro próprio do magistério da prefeitura de Mandaguçu-PR. E-mail: leonardo_sfordi90@hotmail.com. Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/0461341749975080> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7830-9663>

autonomy in comparison to the subjective meanings production, which give basis to contemporary censorship. Thus, this is a qualitative research, based on a bibliographic review of the main theorists who discuss the literary text relevance and characteristics, with a focus on the studies of Antonio Candido (1989), Hans Robert Jauss (1994) and Umberto Eco (2003), and theorists on children's and youth literature, such as Ana Maria Machado (1983).

Keywords: Plurisignification. Speech. Art. Ideology.

INTRODUÇÃO

A censura, com ênfase na esfera artística, é utilizada como forma de discurso radical para cimentar a manutenção e a consolidação de uma ideologia social, política e cultural; cercear os múltiplos discursos e interpretações é uma das maneiras de silenciar os diversos segmentos culturais e identitários e de consolidar a ideologia dominante. O cerceamento à liberdade de expressão, principalmente na arte e na literatura, não é um fenômeno anômalo e contemporâneo; os elementos artísticos e literários se encontram questionados em todos os campos e instituições de relações sociais, seja nas mídias, na família e, principalmente, no ambiente escolar.

A literatura infantil e juvenil, com muita frequência, tem sido vista com preconceito por grande parte do público leitor, pois é entendida como um material literário em que a função pedagógica há de prevalecer em detrimento da Estética; conseqüentemente, a função formadora da literatura, conforme pontua Candido (1989), perde espaço para a pedagogia escolar. Por essa razão, essa literatura é frequentemente encarada como uma ferramenta lúdica de aprendizado pedagógico e não por seu valor estético, como é a literatura destinada aos adultos.

Este estudo, entretanto, compreende a literatura destinada às crianças e aos adolescentes com qualidade artística tão relevante e elaborada quanto à literatura destinada aos outros públicos, pois todos os recursos artísticos-literários que são empregados na literatura adulta também podem ser utilizados para o público jovem. De acordo com Nelly Novais Coelho (2000, p. 27), a “literatura infantil é, antes de tudo, literatura; ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática, o imaginário e o real, os ideais e sua possível imaginação[...]”.

Como visto pelos múltiplos casos de perseguições a conteúdos literários e as diversas censuras, a literatura ainda hoje enfrenta violentas contestações quanto a sua

relevância nos mais diversos locais, instituições e contextos em que está inserida. Por essa razão, esse artigo se fundamenta na premissa de que é cada vez mais relevante debater a importância dessa arte, suas funções e contribuições para o Homem, bem como o funcionamento da censura na literatura e os problemas acarretados à formação do leitor.

DESENVOLVIMENTO

A literatura, como assinala Umberto Eco (2003), distingue-se dos outros textos por sua propriedade artística, não objetiva, e pelo seu teor de gratuidade; conseqüentemente, a dinâmica de leitura vai ser expressa de maneira divergente do material não-literário, uma vez que esse leitor literário almeja “deleite, elevação espiritual, ampliação dos próprios conhecimentos, talvez por puro passatempo sem que ninguém nos obrigue a fazer” (ECO, 2003, p. 9).

A defesa da literatura é importante para possibilitar aos leitores a compreensão da importância dessa arte que ronda seu cotidiano e que entrem em contato com as mais diversificadas manifestações artísticas. Para tal fim, Antonio Candido concebe a literatura como componente basilar dos direitos humanos a toda população, pois “parece corresponder a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito” (CANDIDO, 1989, p. 112). À vista disso, ela é atuante em todas as comunidades e presente no cotidiano das pessoas em inúmeros momentos, como nos devaneios, estados de vigília. Ao entrar em contato com outras artes:

A literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possam viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação. [...] durante o sono há a presença indispensável desse universo, independentemente da nossa vontade. E durante a vigília a criação ficcional ou poética, que é a mola da literatura em todos os seus níveis e modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito. (CANDIDO, 1989, p. 174)

Como discute Candido (1989), a fabulação e a imaginação são ações presentes durante a leitura do texto literário e isso se dá, dentre outras interações, pelas lacunas a serem preenchidas pelo leitor e as possibilidades polissêmicas que a propriedade literária comporta. O leitor é um construtor ativo do texto e isso é importante, pois é a partir dele que a significação ocorre e dá materialidade à literatura.

O poder de emancipação que a literatura agrega é sinônimo de liberdade de ideias, diálogo e acesso aos universos alternativos (e formas de encará-lo e senti-lo) que essa arte pode proporcionar a seu público. Desse modo, a função humanizadora ocorre nas diversas

possibilidades e contextos fornecidos pela literatura que o leitor nunca poderia ter acesso em sua vida real e cotidiana; portanto, o texto literário não é visto em sua amplitude e essência quando está à mercê de práticas autoritárias e monológicas preconizadas pela censura. Logo,

As pessoas que não leem, ou que são leitores mínimos, não só tendem a ser rígidas em suas ideias e ações, como também guiam suas vidas e suas ações pelo que lhes é transmitido diretamente. Em troca, o hábito de leitura tende a formar pessoas abertas ao mundo, voltadas para o futuro, capazes de valorizar o planejamento e aceitar os princípios científicos e tecnológicos emergentes, com a consequente incerteza que eles implicam. (ALLIENDE; CONDEMARIM, 2005, p. 17).

Por sua vez, o conceito de censura está ligado a não divulgação de uma informação à população ou ao grande público; na literatura, segue a mesma premissa ao não expor a pluralidade de ideais e estar a serviço da ideologia conservadora. Entretanto, a censura não é fato tão descomplicado de ser analisado, pois o material literário está permeado por mecanismos e peculiaridades que interferem desde a produção pelo autor até a recepção do leitor, como o mercado editorial, os conceitos de moralidade e maturidade, dentre outros.

O mercado editorial é um dos fatores que exerce grande controle na produção literária contemporânea e normatização da arte. O lançamento de novos livros está, em sua grande parte, submetido às expectativas de mercado literário das editoras; logo, conteúdos que não agradam ao grande público frequentemente são rejeitados e acabam sendo engavetados. Sobre o exposto, para María Teresa Andruetto, os recortes e as seleções editoriais também recaem negativamente sobre as editoras ao não renovarem e aumentarem o público leitor, uma vez que a “pressão para obter rendimentos imediatos têm um efeito perverso que atua contra os interesses do próprio círculo editorial, já que não contribui para criar novos e bons leitores” (ANDRUETTO, 2012, p. 62).

Em nosso contexto capitalista, o mercado editorial — principalmente no que tange às produções literárias infantis e juvenis — determina e modela a produção dos novos materiais, acarretando a não expansão do horizonte de expectativas do leitor. Por outro lado, quando há uma obra com viés diferenciado, que rompe o cliché literário e entra em choque com o horizonte do leitor, a crítica em massa e a censura, em alguns casos, tornam-se recorrentes. Assim,

A censura acabou, mas o processo do que ela representa, em termos sutis, permanece vivo - elimina-se o que incomoda, o que faz pensar, o que perturba, o que tem sentido crítico. E com isso, transforma-se o que deveria ser alimento do espírito em mera goma de mascar, sem nenhum aporte nutritivo. Não há mais uma lista de proibições. O veto se transformou num *spotlight* sobre os

livros permitidos, aqueles que não têm o que toda obra de arte tem: um compromisso com a cultura de resistência, com a defesa da memória, com a reflexão sobre valor (MACHADO, 1999, p. 76).

A produção literária não está vinculada apenas aos gostos individuais, mas, como Escarpit (1974) teoriza, também está à mercê das instituições sociais e da lógica de mercado. Por essa razão, a censura nem sempre ocorre após as publicações e as múltiplas percepções de leitura do material literário, ela pode ser *a priori*, ou seja, ocorrer a partir da preferência mercadológica que descarta inúmeros títulos a serem publicados ou, até mesmo, pelo autor que durante sua produção, na tentativa de se manter no mercado, modela suas obras às demandas e comente a autocensura.

A censura literária impacta os três elementos da tríade autor-obra-público. Em relação ao escritor, a censura (I) apaga seu trabalho ao não o divulgar nas instituições e mídias de massas; (II) cerceia o seu direito à liberdade de expressão e criação artística literária; (III) influencia a autocensura, ao exercer pressão para mudança de seu viés artístico (e, logo, ideológico) com o intuito de adequação aos padrões e não romper com o *status quo*.

No que tange à obra infantil e juvenil, a censura (I) rechaça, na contemporaneidade, novas compreensões e interpretações de seu conteúdo artístico; (II) contribui para a manutenção do cliché literário, na produção dos mesmos temas e estilos artísticos (arte de agregação); (III) nega a possibilidade diacrônica que a obra tem de transcender sua gênese e impactar diferentes gerações e contextos.

Em relação ao público, com ênfase ao infantil e juvenil, os cerceamentos influem (I) na infração dos direitos de liberdade ao acesso à informação; (II) na dificuldade de expansão do seu horizonte de expectativas, ao não ter contato com a diversidade de materiais; (III) no não respeito aos novos conteúdos cotidianos próprios das novas gerações; (IV) na interferência ao desenvolvimento humanizado da criança e do adolescente, ao negá-los o direito à fruição artística.; (V) na impossibilidade de acessar e de se conectar a novos cenários fictícios e sublimar momentaneamente a realidade, atribuição própria das artes em geral.

A censura não aceita produções que rompam diretamente com o já estabelecido pelo cânone e trabalhos artísticos que renovem o campo literário. Pautado nos conceitos apresentados anteriormente, por Antonio Candido (1980), é possível inferir que os cerceamentos recaem principalmente sobre os elementos da arte de segregação presentes em um livro, os quais têm o objetivo de renovar o sistema simbólico e romper com o

padrão literário já vigente. Em contrapartida, os censuradores tendem a aceitar como adequado os elementos da arte "parafrástica" — classificada como arte de agregação por Candido (1980) —, pois são popularizadas e já enraizadas na formação do grande público, logo, atendem às expectativas dos pais e/ou da instituição cerceadora.

Exemplos disso são os atuais materiais infantis e juvenis censurados que apresentam novos assuntos e tramas relevantes à presente conjuntura desse público. Como o livro *OMO-OBA: histórias de princesas* (2009) que rompe com a perspectiva da religiosidade cristã e inclui princesas independentes de origem africana; o livro *Aparelho sexual e cia.* (2007), que vem de encontro às novas perspectivas ligadas à puberdade e à queda do tabu sexual; além das outras produções literárias mostradas que abordam e discutem temáticas inclusivas.

Compreender a evolução do entendimento de texto é essencial para começar a problematizar a construção da censura sobre o material literário, dado que as queixas cerceadoras são embasadas na problemática do sentido. Essas justificativas que se tornam elemento de censura, todavia, não estão interiorizadas na estrutura do texto, mas ao complexo de relações históricas e culturais que fazem com que o leitor (res)signifique e produza interpretações múltiplas e, conseqüentemente, vinculadas às ideias pessoais.

É possível compreender a censura estabelecendo um paralelo com os pensamentos estruturalistas — que entendem o material literário como um sistema fechado, no qual apenas uma significação é encarada como verdadeira, ou seja, que o sentido do texto literário já vem completo no material e o leitor é apenas um receptor desse conteúdo —, pois a censura é justificada por trazer uma leitura sem a possibilidade de questionamento. Portanto, segundo o viés estruturalista, se uma literatura é considerada subversiva, ela deve ser mantida fora do alcance das crianças e dos adolescentes, porque, de forma homóloga, eles só são capazes de encarar o livro sobre esse mesmo pressuposto.

A censura vista pela hermenêutica e pelas teorias de entendimento do texto com enfoque no leitor pode ser considerada uma prática que se liga às concepções antigas e rígidas de compreensão textual e, assim como os postulados das correntes textualistas, também tem a característica de ser “anti-humanista”, dado que impede a individualidade e as possibilidades de compreensão e significações plurais.

À vista disso, o caráter ambíguo da literatura é vetado e, assim, os cerceamentos fazem com que a literatura perca sua principal propriedade ao ocasionar que o texto literário não se diferencie dos conteúdos com linguagem denotativa. Em resumo, no que

tange à corporificação do texto literário, a heterogeneidade é mais abrangente do que o material não-artístico, pois as múltiplas leituras, as metáforas, as ambiguidades impressas na riqueza da sua linguagem, constituem a própria estrutura dessa arte, que tem o intuito de permitir diferentes olhares e interpretações.

Exemplificando como a significação do texto literário extrapola a rigidez do signo, há o caso de *A bolsa amarela* (1976), de Lygia Bojunga, o qual foi apontado como capaz de insuflar e subverter os jovens leitores². A censura ocorreu justamente pelo fato de o material apresentar fluidez de significação ao divergir do *status quo* e dos padrões tradicionais esperados na conduta dos personagens da obra, os quais têm seus desejos e sua subjetividade em divergência à concepção padrão, conforme a tabela a seguir. Em vista disso, é perceptível como a censura é uma forma de manutenção do estado de ordem vigente.

Tabela 1– Quadro síntese da fluidez do signo linguístico nos personagens do livro *A bolsa Amarela*, de Lygia Bojunga.

Nome do personagem	Significado ortodoxo do signo	Transgressão da rigidez do signo
Menina (Raquel)	Menina: não pode liderar as brincadeiras, sem muitas liberdades de escolhas; Criança: Discurso infantilizado, sem consciência do seu entorno; Escritor é uma profissão masculina.	Escritora, almeja liberdade de escolhas para brincar e realizar outras atividades que não são consideradas para meninas e não se identifica com o discurso pueril.
Galo (Afonso)	Galo macho que é dono das galinhas e realiza todas as decisões em seu local. Seu nome, ligado à sua função, era Rei.	Galo que gosta de sossego e se considera um “sujeito simples”. Escolheu o nome Afonso: “Posso não ter cara, mas tenho certeza que meu coração é um coração de Afonso (Bojunga, 2012, p. 41)
Guarda-chuva	Deveria ser grande para melhor exercer sua função prática.	Não desejava o título de adulta, pois gostava muito de brincadeiras.
Galo de Briga (Terrível)	Galo de briga, campeão invicto que não poderia aceitar a derrota, devendo sempre focar sua energia em vencer as brigas.	Tinha uma grande vontade de se apaixonar e ter liberdade. “os donos todos os dias treinava-o para brigar. Mas quanto mais treinavam o Terrível, mais ele se apaixonava. Porque ele era assim: gostava demais de curtir a vida” (Bojunga, 2012, p. 93)

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Bojunga (2012).

² Link da notícia disponível em: <<https://gazetadelimeira.com.br/local/2147490928>>.

Desse modo, é necessária uma nova perspectiva para o entendimento dos sentidos do texto literário para que uma interpretação única e tradicional não monopolize o entendimento da obra. As concepções da Estética da recepção, de Jauss (1994), auxiliam a desconstruir a ideia de que a censura é legítima ao se pautar nos princípios da importância do leitor, do horizonte de expectativa e dos ângulos de análise sincrônica e diacrônica da literatura.

Como discutido, o leitor é elemento primordial no processo de significação da materialidade literária, e, dessa forma, a censura tende a transferir das mãos do leitor e transportar para a obra a totalidade e a responsabilidade de significação. Em vista disso, este primeiro pressuposto diverge da fundamentação cerceadora, uma vez que, como o leitor é responsável pela aquisição de sentidos, é ilógica a tentativa de apagar uma obra pelo argumento de “salvar” as crianças e os jovens do conteúdo do texto a ser lido.

A proposição do horizonte de expectativas é outro conceito que problematiza os cerceamentos literários feitos na produção infantil e juvenil, pois é possível considerar que o elemento problemático e censurado em uma determinada obra apresenta essa característica devido ao horizonte de expectativas particular do leitor pró-censura, que não dialoga com o horizonte apontado na obra, proporcionando uma distância ainda maior. Portanto, é perceptível que o significado não está isolado no texto literário, mas depende do horizonte de expectativas dos leitores, ou seja, das suas questões históricas, sociais e culturais.

Com o deslocamento da autoridade do autor e do texto na produção de sentidos da obra literária, essas teorias comungam que o leitor é o eixo de significação literária; logo, não é possível pensar que um texto por si só subverta a moral vigente, uma vez que essas ideias são (re)significadas pelo leitor e seu horizonte de expectativas durante a recepção do texto.

A censura da literatura é pautada também por uma análise exclusivamente sincrônica, pois os materiais são condenados por divergirem de um contexto específico, que não pensa a diacronia e como aquela obra pôde ter sido vista de maneira diferente por outros contextos, épocas e locais de recepção. Em resumo, os censores julgam apenas a sua recepção individual e sincrônica da literatura, negligenciando outras leituras diacrônicas e de diversos leitores.

A partir do postulado, é possível depreender – como será mostrado – que muitos dos comentários ideologicamente enraizados voltados à proibição da leitura são

constituídos por pensamentos e reflexões equivocadas, dado que não levam os pressupostos da obra em conta, mas apenas o horizonte de expectativas específico de cada censor. Para mostrar essa relação, é preciso considerar os comentários de site de notícias e de debates políticos que expõem a correspondência entre censura e horizonte de expectativas do leitor, bem como as concepções de leitura e literatura impressas nesses discursos cerceadores.

Os três primeiros comentários abaixo foram retirados do site da notícia sobre a censura das quatro obras literárias infantis e juvenis pela prefeitura de Taubaté-SP, entre elas há o *ABC doido* (1999). O quarto comentário é sobre a polêmica da censura do livro *Os vingadores: a cruzada das crianças* (2016), na Bienal do livro no Rio de Janeiro- RJ; o quinto se refere a uma notícia acerca da censura do livro *O menino que espiava por dentro* (1983). Já o último, foi feito pelo atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, em sua campanha eleitoral no ano de 2018, ainda sobre o livro *Aparelho sexual e cia* (2007).

Comentário 1:

“O problema nem é ter o diabo na cabeça o problema é quererem colocá-lo nas cabeças e todos sabem que a criança é um livro em branco e quem escreve nesse livro são os pais e os educadores”. (G1, GLOBO, 2014, on-line)

Nesse primeiro comentário podemos observar a interferência de pensamentos religiosos (cristãos) ao citar e antagonizar a figura do diabo e as perspectivas de educação e infância tradicionais adotadas pelo internauta favorável à censura. Nesse excerto, é possível visualizar a concepção de leitura, conforme pontua Maria Elena Martins (1982), denominada “decodificação mecanizada de signos”, a qual retoma os pressupostos estruturalistas ao propor a leitura como a transposição das ideias presentes no texto para o leitor, ou seja, é tirado do leitor (principalmente do infantil e juvenil) a postura do olhar crítico e questionador do texto. Além disso, também é visível a função pedagógica delegada à literatura, que objetiva ensinar valores aos seus leitores, crianças e jovens, os quais considera espaços vazios que precisam ser preenchidos com conteúdo educativos, religiosos e moralizadores.

Comentário 2:

“Só porque os livros são famosos não quer dizer que são bons. Falta profissionalismo desses governantes e vocação para o cargo. Não é só escolher a dedo, não ler, e jogar na cabeça das crianças essas porcarias. Jesus é meu caminho, graças a Deus. Quem não tem Ele na vida não será salvo. Cuidado, neo-ateusinhos da internet...”. (G1, GLOBO, 2014 on-line).

Comentário 3:

“Com certeza essas porcarias foram compradas com o dinheiro publico, é só procurar a verdade que tem a indicação do amigo do politico. Isso é uma VERGONHA.....A Secretaria de Educação tem que ser punida. Com secretario e tudo.....”. (G1, GLOBO, 2014, on-line).

No segundo comentário, o internauta pró-censura questiona a relação canônica e o sucesso do material em contraste com o atendimento do horizonte das crianças; o vetor religioso toma o foco. Já o escritor do comentário III, que também considera o material literário inadequado para a leitura nas salas de aula, parte do prisma político. A concepção de leitura abarcada nesses comentários também é entendida como “decodificação mecanizada dos signos”. Ao criticar o fato de “jogar na cabeça das crianças” essas ideias e propor punição a quem apresentou o material, os autores entendem esse público como passivo, leitores incapazes de produzir significações além das pressupostas no texto (e intencionadas pelo autor). A literatura, aqui, ainda é entendida com a função pragmática de transmissão de ensinamentos.

Comentário 4:

Quanto mais pudermos combater a campanha da mídia geral para destruição da família e valores morais, melhor! (TERRA, 2019, on-line)

Esse comentário foi emitido em uma notícia acerca da censura feita no livro *Os Vingadores: A cruzada das crianças* (2016), de Heinberg e Cheung, na Bienal do livro no Rio de Janeiro-RJ. Em relação à concepção de leitura, além da perspectiva de decodificação, há a ideia de leitura como “instrumento de poder”; é, em razão disso, que sua leitura e divulgação devem ser barradas, pois o texto influencia os jovens leitores e pode até modificar os valores morais vigentes. Logo, principalmente nesse comentário, é perceptível como até os próprios discursos pró-censura também reconhecem o livro como um objeto de relevância e valor, que abarca a possibilidade de modificação do leitor.

Comentário 5:

Sou mãe tb!Minha maior preocupação HOJE é educar meus filhos com. A SABEDORIA ESPIRITUAL pq diante do mundo onde valores estão invertidos, onde do certo é errado e o errado é certo, já não me preocupo muito com essa tal “sabedoria intelectual da sociedade “a sociedade está doente e os adolescentes e crianças tb! Veja que cada hora surge um jogo um desafio que levam crianças ao suicidio! Na minha época nada disso existia, estamos doentes! Sem Deus! Essa é a verdade! Diploma status currículos não me dizem nada! Minha maior preocupação é a ter a sabedoria espiritual! Prefiro ser

“ignorante “para este mundo! Muitas coisas estão subtendidas e é sim preciso ter muito cuidado! Mulher maravilha super homem são contos de heróis e não estimulam nem ensinam a serem como eles ao contrário eles são até de outro mundo! Não gosto dos livros da Disney mesmo, acho que existem temas mais relevantes a serem trabalhados com crianças dessa idade! (UOL, 2018, on-line)

O comentário sobre o livro *O menino que espiava por dentro*, de Ana Maria Machado (1983), revela a influência da religião em relação à instituição familiar e como esta, nesse excerto, justifica a censura do material. Quanto à concepção de leitura, além da visão de leitura como decodificação de signos, há a “função pragmática” da leitura, ou seja, a característica da gratuidade literária é desconsiderada em vista de, conforme o discurso apresentado, um pragmatismo que visa à educação e à sabedoria espiritual. A função pedagógica, assim como nos excertos anteriores, tem grande destaque, principalmente no trecho em que a internauta diz que há temas e livros mais relevantes para serem lidos.

Comentário 6:

É uma grana para os companheiros e fica pervertendo seu filho na sala de aula. Para que o filho de pobre, na escola pública, não aprenda nada e seja apenas um beneficiário do Bolsa Família. (G1, GLOBO, 2016, on-line)

Este último comentário foi proferido durante um debate político para pleitear o cargo de presidência da república. O candidato responsável, Jair Messias Bolsonaro, diz que o livro atende às ideologias políticas alinhadas à esquerda, referenciado pela palavra “companheiros”, e pondera que a finalidade é perverter as crianças; ainda, observa que sua inserção em sala de aula tenciona combater o senso crítico dos leitores. Este enunciador também parte do princípio monológico da leitura, ou seja, o significado é dado do texto ao leitor, abarcando a concepção de decodificação mecanizada. Aqui é enfatizado também o viés pragmático da leitura, uma vez que, conforme o autor do comentário, este material tem um intuito específico de “perverter” e de não agregar qualquer valor a seus leitores.

As motivações que levaram o político e outros internautas a realizar tais comentários não estão no material literário, ao contrário, é o conhecimento subjetivo que é introjetado na materialidade literária para adquirir tal significação; segundo Umberto Eco (2003, p. 12): “Há uma perigosa heresia crítica, típica de nossos dias, para qual a obra literária possa se fazer o que queira nelas, lendo aquilo que nossos mais

incontroláveis impulsos sugerem”. Diante disso, essas acusações de ideologia de gênero e perversão na obra se constituem como uma interpretação do objeto literário a partir do contexto no qual o censor e seu conhecimento de mundo estão inseridos.

A partir da análise dos discursos pró-censura apresentados e debatidos, é de grande relevância destacar que até mesmo as falas cerceadoras comungam que o livro é um objeto de valor, poder e status. Dessa forma, a censura ocorre, principalmente, em razão da concepção de que a leitura é uma mera decodificação mecanizada de signos e que o poder de influência nos leitores é extremo. A função pedagógica da literatura também foi dominante nos comentários, o que reduz a literatura a uma forma de ensinamentos moralizantes, os quais não levam em conta a propriedade estética dessa forma artística.

Conforme Umberto Eco (2003), a censura literária ganha maior destaque em um momento em que os leitores apresentam maior familiaridade e liberdade de compreensão do material literário, transmitindo seus impulsos, o que inclui ideologias políticas, religiosas, dentre outras. Contudo, o próprio teórico expõe que nem toda interpretação é validada para a significação da obra, pois há de considerar a verossimilhança, as relações contextuais e os pontos que são o cerne de entendimento da obra:

Os textos literários não somente dizem explicitamente aquilo que nunca poderemos colocar em dúvida, mas, à diferença do mundo, assinalam com soberana autoridade aquilo que neles devem ser assumidos como relevantes e aquilo que não podemos tomar como ponto de partida para interpretações livres (ECO, 2003, p. 13)

É possível observar, por meio dos comentários discutidos, o horizonte de expectativas e concepções religiosas, políticas e ideológicas das pessoas favoráveis aos cerceamentos literários. Esses comentários em consonância à censura feita resultam dos horizontes de expectativas desses leitores, como proposto por Jauss (1994), ao agregar questões pessoais em confronto à materialidade literária.

A prática cotidiana de leitura e o contato com os diversos materiais literários proporcionam o aumento do horizonte de expectativa do leitor, aspectos que o levam a ter uma posição crítica frente ao material que está lendo. Dessa forma, quando uma obra literária é censurada, também se está cerceando a capacidade de criticidade e emancipação do leitor frente ao conteúdo literário, uma vez que ler é um ato essencialmente político: “E quanto mais consciência o sujeito tiver desse processo, mais independente será a sua

leitura, já que não tomará o que se afirmar no texto que lê como verdade ou como criação original, mas sim como produto” (BRITTO, 2003, p. 84).

A perspectiva que adotamos neste trabalho, em oposição a dos cerceadores, é, conforme classifica Maria Elena Martins (1982), a de leitura como “formação global e integral do indivíduo”, com vistas à conquista da autonomia. Assim, quanto maior for o repertório de leitura, maior será a emancipação do leitor frente ao texto literário e sua abertura do horizonte de expectativas. O ato de ler permite que o leitor amplie também seus conhecimentos de mundo, o entendimento de seu exterior e proporciona alteração em sua vivência cotidiana. Logo, ler:

é uma absorção de todas as informações recebidas através de um texto em qualquer suporte e o processamento cognitivo de construção de significados para o leitor que o reconduz à leitura. Cada leitor tem sua própria maneira de interpretar a leitura e cada interpretação é única, independente da obra, do meio que é disseminada ou formato que é registrada. A leitura tem o poder de transformar o pensamento e mudar um indivíduo em vários aspectos da sua vida. Portanto a leitura é e sempre será o melhor meio de impulsionar o conhecimento (CASTRILLÓN, 2011, p. 44)

A literatura infantil e a juvenil também são de extrema importância para o desenvolvimento do público ao qual se destinam. Sua função extrapola o entretenimento e a fuga da realidade cotidiana, pois têm a possibilidade de desenvolver o novo homem crítico — a criança e o jovem —, questionador e com conhecimento de diversos contextos. Em razão disso, o contato com o texto literário infantil e juvenil ultrapassa a função utilitária e proporciona ao seu leitor a possibilidade dialética entre a obra e o seu contexto pessoal atual.

Como já mencionado, a literatura destinada às crianças e aos adolescentes tem seu teor artístico frequentemente ignorado e reduzido ao caráter pedagógico, é a partir desta função escolar que a censura do material literário encontra maior embasamento.

A escola acaba, muitas vezes, por abafar a função humanizadora e a capacidade de emancipar o indivíduo quando esta disciplina escolar utiliza métodos avaliativos — fichas de leituras, resumos, provas, dentre outros — em que há o intuito de verificar, de maneira estrutural e objetiva, se o discente conseguiu entender o material. O trabalho com a literatura infantil e juvenil, cada vez mais forte nos currículos escolares, não condiz mais com a prática estruturalista, na qual os discentes devem decorar nomenclaturas, estilos de épocas, nomes de autores e diversas obras do cânone; é preciso utilizar a

literatura em sua função social e emancipatória. Em outras palavras, a literatura é necessária pela possibilidade de viabilizar uma formação cidadã, capaz de articular e mediar o conhecimento recebido durante a leitura, de formar alunos leitores e dar outras possibilidades de ver o mundo, de interpretá-lo e de articular os saberes.

Uma das falácias que sustenta a postura política favorável aos cerceamentos em sala de aula é que a criança não possui “maturidade”, ou seja, conhecimentos prévios e idade adequadas para a recepção de determinada obra. Para a teoria recepcional, entretanto, a boa literatura é aquela que choca com os horizontes de expectativas do leitor, contrastando com outros materiais já lidos e trazendo desconforto para, justamente, após se debruçar sobre o entendimento do livro, ampliar seu horizonte e aumentar os diversos contextos e possibilidades de leitura. Assim, se a integralidade da significação da obra só é efetivada pelo leitor durante sua prática literária, uma afirmação pró-censura que dissemina a inadequação de determinado material literário em sala de aula está equivocada, pois não leva em conta as múltiplas recepções direcionadas aos diversos contextos sociais, culturais e cotidianos em que possíveis leitores estariam inseridos.

Finalmente, a própria natureza da literatura determina que ela, seja destinada ao público infantil, juvenil ou adulto, não compactue com nenhuma prática de censura. Ao contrário, a atividade cerceadora ocorre, dentre os outros diversos motivos aqui elencados, pelo não entendimento das especificidades, das funções e dos benefícios que a arte literária proporciona ao Homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, para a censura, o teor estético e artístico do material é ignorado, pois apenas os elementos temáticos são levados em consideração a partir de uma perspectiva tradicional e pragmática de leitura e literatura. Por essa razão, ressaltamos durante a análise das práticas de censura e dos materiais que a qualidade estética das obras deve ser substancialmente levada em consideração, caso contrário ignoramos a própria concepção de literatura e a essência do objeto artístico literário.

É imprescindível valorizar a capacidade leitora de crianças e jovens, já que eles não são recipientes vazios a serem preenchidos pelo texto literário; ao contrário, apresentam posições críticas frente à leitura. Por isso, é necessário não subestimar a

capacidade de ampliação dos horizontes de expectativas dos leitores jovens, bem como sua capacidade de influência literária para a subversão da moral vigente.

A leitura crítica se configura, então, como o principal contragolpe à censura do texto literário, e há de ser ponderada para além da mera projeção de convicções pessoais, uma vez que o texto literário se constitui pelo caráter estético, gratuito e polissêmico. Ainda assim, no decorrer da leitura, conforme Ana Maria Machado (1999), não há a necessidade de concordar com tudo o que é lido no, mas é importante estar aberto à variedade temática e linguística, uma vez que quanto maior a quantidade e a variedade de materiais lidos, mais crítica a leitura tende a se tornar e mais emancipado o leitor se tornará, evitando, com maior facilidade, os discursos intolerantes da censura.

REFERÊNCIAS

ALLIENDE, Felipe; CONDEMARIM, Mabel. **A leitura: Teoria, Avaliação e Desenvolvimento**. São Paulo: Artmed, 2002

ANDRUETTO, Maria Tereza. **Por uma literatura sem adjetivos**. Tradução de Carmem Cacciacarro. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.

BOJUNGA, Lygia. **A bolsa amarela**. Ilustrações Marie Louise Nery – 35. Ed., 22 reimpr. - Rio de Janeiro: Casa Lygia Bojunga, 2012.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Leitura e política. In: **A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil**, 2003.

CASARIN, Rodrigo. Pais acusam livro de Ana Maria Machado de fazer apologia ao suicídio. **UOL**, 2018. Disponível em:
<<https://paginacinco.blogosfera.uol.com.br/2018/09/07/pais-acusam-livro-de-ana-maria-machado-de-fazer-apologia-ao-suicidio/>>. Acesso em: 07, fev de 2021.

CAMARGO, Nair. Livro distribuído na rede municipal é alvo de polêmica. **Gazeta da Limeira**, Limeira-SP, 09 de ago. de 2019. Disponível em:
<<https://gazetadelimeira.com.br/local/2147490928>>. Acesso em: 30 de março, 2021.

CANDIDO, Antonio. **Direitos Humanos e literatura**. In: A.C.R. Fester (Org.) Direitos humanos E... Cjp / Ed. Brasiliense, 1989.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Editora Pulo do gato, 2011.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 2000.

ECO, Umberto. **Sobre a literatura**. Tradução: Eliane Junke. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ESCARPIT, Robert. **Hacia una sociologia del hecho literário**. Madrid: Edicusa, 1974.

G1, GLOBO. **Pais dizem que livros didáticos fazem apologia ao diabo em Taubaté, SP**. Vale do Paraíba, 14 mar. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2014/03/pais-dizem-que-livros-didaticos-fazem-apologia-ao-diabo-em-taubate-sp.html>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

G1, GLOBO. **Livro de educação sexual alvo de boato foi comprado pelo MinC**. São Paulo, 21 de jan. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/01/livro-de-educacao-sexual-alvo-de-boato-foi-comprado-pelo-minc.html>>. Acesso em: 23 de fev de 2021.

HEINBERG, Allen; CHEUNG, Jim. **Vingadores: A Cruzada Das Crianças**. Editora: Salvat, 2016.

JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. Trad. De Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

LAGO, Ângela. **ABC doido**. 10. ed. Editora: Melhoramentos, 2003.

MACHADO, Ana Maria. **Contracorrente: Conversas sobre leitura e política**. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 1999. 159 p.

MACHADO, Ana Maria. **O menino que espiava pra dentro**. 2. ed. São Paulo: Global, 2008.

MARTINS, Maria Helena. **O que é Leitura**. 9. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1982.

OLIVEIRA, Kiussam. **OMO-OBA: histórias de princesas**. Belo Horizonte: Mazza, 2009.

RODRIGUES, Maria Fernanda. Depois de polêmica com Crivella, Bienal do Rio não vai recolher HQ com personagem gay. **Terra**, 2019. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/diversao/depois-de-polemica-com-crivella-bienal-do-rio-nao-vai-recolher-hq-com-personagem-gay,2225672be40dbcca8b8b99ba8053692dwcjidvp5.html>>. Acesso em: 07 fev de 2021.

ZEP, Hélène Bruller. **Aparelho Sexual e Cia: um guia inusitado para crianças descoladas**. São Paulo, PB: Editora Companhia das Letras, 2007. 96p

Recebido: 30 de março de 2021

Aceito: 20 de abril de 2021